

O MULTICULTURALISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

MULTICULTURALISM AND ITS IMPACTS IN BRAZILIAN SOCIETY

MULTICULTURALISMO Y SUS REPERCUSIONES EN LA SOCIEDAD BRASILEÑA

Eduardo Moraes Souza Veloso¹
Luís Fernando Lopes²

Resumo

Este trabalho tem como tema o multiculturalismo e seus desdobramentos na sociedade brasileira. Para tanto, considera-se fundamental a compreensão do significado de cultura. Não obstante a grande extensão da temática, é necessária a discussão sobre a diversidade étnica e cultural do Brasil, com o intuito de compreender a complexidade contemporânea e seus dilemas no âmbito social. É importante ressaltar que a expressividade de cada cultura é um direito constitucional e humano, uma vez que é por meio dela que se faz presente a brasilidade, ou seja, a marca da nacionalidade e do espírito brasileiro. A problemática, contudo, que será discutida neste estudo, é a sobreposição de uma cultura em detrimento de outras na história brasileira. Nesse viés, analisa-se sucintamente como se deu o processo de construção histórica, por meio das relações entre cultura e trabalho, em uma visão histórico-dialética. Os resultados indicam que os problemas sociais estão intrinsecamente ligados à homogeneização cultural, uma vez que essa é, muitas vezes, a origem da desigualdade social, da intolerância religiosa e do preconceito vivenciado no Brasil. Ademais, espera-se um olhar atento da sociedade para o entendimento do multiculturalismo e de como a homogeneização cultural interfere nos problemas das relações étnico-sociais do Brasil.

Palavras-chave: cultura; multiculturalismo; homogeneização.

Abstract

This work has as its theme multiculturalism and its consequences in Brazilian society. Therefore, it is considered essential to understanding the meaning of culture. Despite the great extension of the theme, it is necessary to discuss the ethnic and cultural diversity of Brazil, to understand the contemporary complexity and its dilemmas in the social sphere. It is important to emphasize that the expressiveness of each culture is a constitutional and human right, since it is through it that Brazilianness is present, that is, the mark of Brazilian nationality and spirit. The issue, however, which will be discussed in this study, is the overlapping of one culture to the detriment of others in Brazilian history. In this perspective, we briefly analyze how the process of historical construction took place, through the relationships between culture and work, in a historical-dialectical view. The results indicate that social problems are intrinsically linked to cultural homogenization, since this is often the origin of social inequality, religious intolerance, and prejudice experienced in Brazil. Furthermore, it is expected that society will look closely to understand multiculturalism and how cultural homogenization interferes with the problems of social-ethnic relations in Brazil.

Keywords: culture; multiculturalism; homogenization.

Resumen

Este trabajo tiene como tema el multiculturalismo y sus repercusiones en la sociedad brasileña. Para ello, se considera fundamental comprender el significado de cultura. A pesar de la gran extensión de la temática, es necesaria una discusión sobre la diversidad étnica y cultural de Brasil, con el propósito de entender la complejidad contemporánea y sus dilemas en el ámbito de lo social. Se hace importante resaltar que la expresión de cada cultura es un derecho constitucional y humano, una vez que es por medio de ella que se hace presente la brasilidad, es decir, la marca de la nacionalidad y del espíritu brasileño. La problemática, sin embargo, que será discutida en este

¹ Aluno do curso de Licenciatura em Filosofia do Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: edud2@live.com.

² Doutor em Educação. Professor orientador no Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: LUIS.L@uninter.com.

estudio, es la sobreposición de una cultura en detrimento de otras en la historia brasileña. En esa línea, se analiza sucintamente cómo se dio el proceso de construcción histórica, por medio de las relaciones entre cultura y trabajo, desde una perspectiva histórico-dialéctica. Los resultados indican que los problemas sociales están intrínsecamente vinculados a la homogenización cultural, una vez que esa es, muchas veces, el origen de las desigualdades sociales, de la intolerancia religiosa y del prejuicio vivido en Brasil. Además, se espera una mirada atenta de la sociedad para entender el multiculturalismo y cómo la homogenización cultural interfiere en los problemas de las relaciones étnico-sociales de Brasil.

Palabras-clave: cultura; multiculturalismo; homogenización.

1 Introdução

A diversidade cultural está presente nas sociedades desde a Antiguidade. Na Grécia Antiga, havia várias pequenas regiões com diferentes costumes, tradições, dialetos e identidades, como, por exemplo, os da Etólia, Tessália, Peloponeso e Épiro. No Império Otomano, os muçulmanos eram a maioria, mas também havia cristãos, judeus, árabes pagãos e outros grupos religiosos. No século XXI, as sociedades permanecem culturalmente diversificadas, com a maioria dos países tendo uma mistura de indivíduos de diferentes etnias, origens linguísticas, associações religiosas, e assim por diante. Vários teóricos políticos contemporâneos, como Susan Moller Okin (1999) e Anne Phillips (2007), denominaram esse fenômeno da coexistência de diferentes culturas no mesmo espaço geográfico de multiculturalismo. Desse modo, esse termo é antes de mais nada uma teoria sobre a cultura e seu valor. Ou seja, um dos significados de multiculturalismo é a coexistência de diferentes culturas. Portanto, para entender o que é multiculturalismo é indispensável que o significado de cultura seja esclarecido.

É cada vez mais visível, na contemporaneidade, a homogeneização cultural, uma vez que a indústria global se faz presente, ou seja, o que se consome nas Américas, por exemplo, também é consumido na Ásia. Nessa ótica, não há só o consumo dos produtos materiais, mas também, e não menos importante, o consumo das ideologias, como o estilo de vida norte-americano reproduzido nos filmes e séries televisivas, por exemplo. No entanto, mesmo que o Brasil sinta tal interferência homogeneizadora, devido à sua construção histórico-social no decorrer dos séculos XIX, XX e início do XXI, com as emigrações das várias nacionalidades, a característica singular da brasilidade, ou melhor, aquilo que define o brasileiro, torna-se destaque na conservação da diversidade étnico-cultural, pelo entrelaçamento das culturas; entre elas: a africana, a europeia, a indígena e a asiática.

Nesse ínterim, considera-se de extrema importância entender o conceito de cultura. Nesse âmbito, um dos pioneiros da antropologia, Edward Tylor (1832-1917), fez uma das primeiras propostas científicas sobre o conceito de cultura: “em seu amplo sentido

etnográfico, este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871, p. 1).

Cabe salientar que este artigo não tem a pretensão de abranger todos os temas que envolvem a cultura, muito menos apresentar e explicar todas as contribuições que os filósofos, sociólogos e antropólogos deram nos últimos séculos ao desenvolvimento desse assunto. Entretanto, a partir de um estudo sistemático bibliográfico, apresenta-se um vórtice de compreensão do processo histórico-cultural brasileiro a partir da perspectiva histórico-dialética.

Outrossim, a fim de compreender os dilemas da sociedade atual — entre eles: as desigualdades sociais, a intolerância religiosa e o preconceito — considera-se de suma importância o entendimento da condição de homogeneização cultural, a qual é seguida pela aculturação.

De acordo com Ailton Krenak (2019), o maior dos males da humanidade encontra-se na homogeneização cultural e na perda de sentido da vida. Nessa perspectiva, com a globalização e com o desenvolvimento técnico-científico informacional, o sistema neoliberal cada vez mais retira a liberdade e homogeneiza a cultura por meio da coerção ideológica e pelo exacerbado consumismo. Contudo, é na diversidade étnica e cultural que o Brasil se destaca no combate a essa padronização.

A par desse conteúdo, o leitor é convidado a inteirar-se de sua própria realidade e de sua inserção cultural dentro das relações humanas. Além disso, este artigo dialogará com a situação atual de pandemia. Nessa perspectiva, analisam-se brevemente os aspectos integradores do multiculturalismo frente a essa problemática.

2 O multiculturalismo

Ao destacarmos o termo “cultura” como foco de entendimento deste estudo, é necessário entrelaçar as relações de tal termo aos conceitos de etnocentrismo, de alteridade e de identidade. Assim, o objetivo central é promover uma reflexão sobre os diversos modos de teorizar, imaginar e de estar no mundo. Desse modo, faz-se do multiculturalismo e seus desdobramentos ferramentas para desconstruir visões do senso comum, a fim de superar qualquer preconceito sobre o que for externo, exótico e diferente. Todavia, embora hoje em dia a cultura seja um tema amplamente discutido, as pessoas ainda não buscam a orientação dos antropólogos. "Os antropólogos queixam-se de que estão sendo ignorados pelas novas especialidades acadêmicas

no campo da 'cultura', como os estudos culturais, e por outras manifestações acadêmicas e extra-acadêmicas de 'multiculturalismo'" (TURNER, 199, p. 411).

Diante desses fatos, para entender tais relações de entrelaçamento, inicialmente o termo "cultura", de acordo com Tylor (1871, p. 1), agrega todas as formas de expressão de crenças, de conhecimentos, de morais, de leis e comportamentos. Nesse âmbito, a definição de etnocentrismo nada mais é do que a inscrição de valores positivos na imagem histórica de si mesmo e valores negativos e menos positivos na imagem dos "outros", ou seja, sobrepor uma cultura em detrimento de quaisquer outras. Já a ligação entre cultura e alteridade é reconhecer, respeitar e colocar-se no lugar do outro, vivenciando as diversidades culturais, não só na noção de sua existência, mas também como a marca de interferência de determinada cultura no mundo. Além disso, finalmente, a identidade proporciona a compreensão das predileções do indivíduo e seu pertencimento a determinado espaço ou local, no qual a cultura se faz presente, englobando várias simbologias, crenças e valores que trazem história. Sendo assim, a cultura, no seu amplo espectro de abordagem, corrobora na elucidação dessa identidade. Ademais, o termo "identidade" entra em contato com o de "cultura" para formar a ideia de identidade cultural, que seria, de acordo com A Declaração do México, publicada pela UNESCO (A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) ao realizar a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (DECLARACIÓN DE MÉXICO..., 1982, p. 2):

Riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação.

Nesse contexto, esses conceitos serão muito úteis adiante para a compreensão dos problemas da pós-modernidade, principalmente pela desconstrução da identidade cultural e do próprio termo em si, como nos elucidará Stuart Hall em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006). Entretanto, primeiramente entenderemos a origem dessa discussão e a importância dessa historicidade para a compreensão das problemáticas da contemporaneidade.

Nesse viés, os estudos culturais surgem através do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), perante a alteração dos valores tradicionais da classe operária da Inglaterra do pós-guerra; compreendem as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade (formas, instituições, práticas culturais) e as mudanças sociais ocorridas. O Centro tem como principais fundadores, no qual apresentam seus textos como fontes dos estudos culturais: Richard Hoggart, com *The Uses of Literacy* (1957), Raymond Williams, com *Culture and Society* (1958)

e E. P. Thompson, com *The Making of the English Working-class* (1963) (ESCOSTEGUY, 2001).

É nesse âmbito que surge a discussão sobre o multiculturalismo como um estudo dirigido a entender os movimentos da Antropologia. Voltados para os estudos culturais, esses movimentos tiveram inspirações acadêmicas e políticas; na Europa, consideram-se os estudos culturais como de esquerda, baseados em pressuposições marxistas; acredita-se que o multiculturalismo gerou a percepção, nos antropólogos, de que a cultura serve ao poder, razão pela qual é preciso dialogar sobre as razões que a tornaram uma ferramenta política (KUPER, 2002). Na Europa, tais contestações acerca das relações de poder, por intermédio da cultura, são demonstradas pela Escola de Frankfurt, com os escritos de Theodor Adorno e Max Horkheimer (1947), os quais dialogam sobre os impactos da “indústria cultural”³. Adiante iremos estender essa visão marxista, ou seja, uma visão histórico-dialética. Todavia, o multiculturalismo traz esses questionamentos nas teorias sustentadas pelos antropólogos.

Sendo assim, o multiculturalismo se compreende desde duas perspectivas: o multiculturalismo da diferença, voltado para dentro, em uma visão que atende os próprios interesses, ressalta a importância de determinada cultura e alega a sua superioridade (etnocentrismo); e o multiculturalismo crítico, que se volta para fora, em uma abordagem organizada para desafiar os preconceitos culturais de classes sociais dominantes, com o intuito de expor a parte vulnerável do discurso hegemônico (base marxista) (KUPER, 2002).

Com base no multiculturalismo, negava-se que os imigrantes devessem assimilar a cultura americana, por exemplo; a existência de uma cultura dominante corroborava para uma exaltação da diferença e, principalmente, o enfraquecimento de valores comuns na sociedade, ratificando a coesão nacional. A partir disso, conta-se com um protagonista de uma luta multicultural, não mais representado pelo cidadão ou trabalhador, mas por um ator cultural que, através da identidade cultural e suas políticas, consegue controlar a cultura, ressaltando-se assim a relevância da identidade nestes processos (KUPER, 2002).

Como a cultura passa a ser um artifício de poder, ou melhor, uma arma política na sociedade — principalmente com o advento da indústria cultural —, é de suma importância entendermos a discussão histórico-dialética que envolve a esfera cultural. Para isso, cabe entender o que é o marxismo. O filósofo Karl Marx (1818-1883), em *O 18 de Brumário de Luís*

³ O termo indústria cultural foi criado pelos filósofos e sociólogos alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), apresentado no capítulo "A indústria cultural: iluminação como engano em massa", do livro *Dialética do Esclarecimento* (1947), em que propuseram que a cultura popular é semelhante a uma fábrica que produz bens culturais padronizados — filmes, programas de rádio, revistas etc. — usados para manipular a passiva sociedade dos dóceis, por mais difíceis que sejam suas circunstâncias econômicas.

Bonaparte, afirma, logo no início do texto, que: “Os seres humanos fazem a sua própria história, mas não a fazem de maneira voluntária, não sob circunstâncias por eles próprios escolhidas, e sim sob circunstâncias encontradas, dadas e legadas de maneira direta” (MARX, 2020, p. 20).

Isso significa que temos a capacidade de agir, mas a efetividade dessa ação é moldada pelas condições históricas. Desse modo, para transformar o mundo é necessário entender a localidade em termos de condições materiais. Ademais, para elucidar melhor esse conceito, Friedrich Engels (1820-1895), em seu livro *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, afirma que:

a concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata (ENGELS, 1952, n. p.).

O método marxista não busca apenas analisar o capitalismo, mas também propõe um estudo que engloba a história da luta de classes; conseqüentemente, é um estudo que questiona a cultura que, como expusemos, é a expressividade dos ideários humanos em uma determinada localidade. Nessa perspectiva, a forma de produção e sua divisão em uma sociedade é determinante para os conflitos e sua resolução.

O filósofo italiano Antonio Gramsci nos apresenta, em seus trabalhos, uma perspectiva real sobre a “hegemonia cultural”, que é um conceito formulado por ele para descrever o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, particularmente da burguesia sobre o proletariado. Nesse sentido, os interesses da alta burguesia são notados em detrimento de toda a sociedade, o que leva à historiografia a concentrar-se apenas em grupos ou indivíduos de elite. Gramsci observava a história italiana e seu desenvolvimento e a influência das relações de classe e dos grupos intelectuais na produção da cultura deste país (POZZOLINE, 1968).

Para Gramsci, a superestrutura possui enorme influência sobre a estrutura; os intelectuais e as ideias que divulgam alteram a maneira como os homens se relacionam com a política e com os meios de produção. O proletariado, para alcançar a revolução, teria que conquistar também a hegemonia das ideias. Desse modo, para Gramsci, as diferentes formas e artifícios de coerção cultural são muito mais sofisticados que a violência.

A hegemonia cultural é, portanto, um conjunto de ideias dominantes de uma determinada conjuntura social, política, cultural e econômica. Ela não é permanente, mas o Estado e seus líderes são o resultado desse somatório de forças em disputa. Neste jogo, estão presentes a sociedade civil e a sociedade política. As duas se influenciam mutuamente, e o governo é o resultado das ideias dominantes. Assim, o conceito de hegemonia, finalmente, representa talvez a contribuição mais importante de Gramsci à teoria marxista. Hegemonia é o conjunto das funções de domínio e direção exercidas por uma classe social dominante, no decurso de um período, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia compõe-se de duas funções: a de domínio e a de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia (GRAMSCI, 1978).

O conceito de hegemonia cultural envolve sempre a relação entre o Estado, a sociedade civil, as formas materiais de produção e as estruturas ideológicas e jurídico-políticas. Comumente este conceito envolve uma reflexão sobre o papel dos intelectuais, a cultura de massa e a indústria cultural. A função da escola é muito debatida sob a chave do conceito de hegemonia cultural. Para mais, o conceito também é utilizado para discutir sobre o papel da mídia nas sociedades contemporâneas, principalmente sobre o poder que exercem em produzir ideias e estilos de vida hegemônicos. Entendidos esses fatos, a importância da cultura e a necessidade de uma análise histórico-dialética, nos movemos, nesse ímpeto, a compreender a realidade histórica brasileira —que é o foco principal deste artigo.

2.1 Multiculturalismo no Brasil

Raízes do Brasil é um livro do sociólogo brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, que não só remonta bem a história do Brasil, mas é quase uma referência psicológica da sociedade brasileira da época dos anos 1920-1930. Nesse sentido, apresenta-se, nas entrelinhas, a vontade dos intelectuais e da sociedade de entender-se enquanto brasileiros — ver-se, julgar-se, narrar-se, definir quem realmente são. Desse modo, o primeiro passo é compreender como se concebe o ser brasileiro.

O termo brasilidade apresenta-se de maneira polissêmica, uma vez que está presente em vários contextos da formação histórica brasileira. A discussão da brasilidade não se restringe a um ramo determinado das Ciências Sociais; a sua manifestação pode ser encontrada tanto na literatura quanto na política econômica de um certo período. Exemplo disso seria a doutrina do desenvolvimentismo, manifestação no terreno econômico do nacionalismo cultural, que influenciou as instituições políticas na era Vargas, e que promoveria o modelo de substituição

de importações da década de 1950 até praticamente o final dos anos oitenta. Na literatura, autores como José de Alencar, Machado de Assis, Guimarães Rosa e Érico Veríssimo expuseram suas respectivas visões de brasilidade ao caracterizarem em suas obras o índio, o habitante da cidade no final do século XIX, o sertanejo e o gaúcho. As abordagens em diferentes áreas revelaram os termos do debate sobre a definição dos parâmetros de configuração da sociedade brasileira em uma época dada e, em última análise, sobre a brasilidade. Essa configuração variará conforme a ênfase conferida à mudança ou à continuidade pelo intérprete, nesse processo de escolha (VARGAS, 2007, p.136).

Nesse viés, Sergio Buarque tenta, diante de seu contexto histórico, entender essa brasilidade e como a sua formação está enraizada. Para isso, o autor, de modo geral, discorre — tanto em *Raízes do Brasil*, quanto em *Visão do Paraíso* —, sobre a tradição e a transformação brasileira em meio à totalidade e às singularidades. Nesse contexto, a totalidade encontra-se na herança ibérica de uma sociedade, que se reflete na idealização do mundo, na distribuição de mitos que frequentemente permeiam o imaginário do colonizador. Pontualmente, para o pensador brasileiro, entender esses aspectos da formação da identidade brasileira é uma necessidade.

No entanto, a assertividade dos recursos da época em relação à origem de tal brasilidade está em uma compreensão insatisfeita da realidade brasileira. Os impasses que Buarque de Holanda enfrentava estão presentes no texto *O lado oposto e os outros lados* (1926), no qual apresenta sua recusa ao aplauso fácil, à defesa de um discurso esclarecido e se preocupa com o imobilismo acomodatório. Em relação à sua própria classe de intelectuais, critica os “acadêmicos modernizantes” (por exemplo Gilberto Freyre):

O que idealizam, em suma, é a criação de uma elite de homens, inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e com o povo [...], gente bem intencionada e que esteja de qualquer modo à altura de nos impor uma hierarquia, uma ordem, uma experiência que estrangulem de vez esse nosso maldito estouvamento de povo moço e sem juízo (BUARQUE DE HOLANDA, 1996, p. 225-26).

Desse modo, por grande influência do pensamento positivista, a hegemonia cultural, que é construtora da esfera psicológica do brasileiro, está baseada nas relações de poder e na idealização do povo brasileiro. É contra esse sentido que surgem termos como “homem cordial” do próprio Sérgio Buarque e o famigerado “jeitinho brasileiro”, de Roberto DaMatta. Tais caracterizações são uma tentativa, muitas vezes falha, de se entender a cultura brasileira com base na construção histórica de um personagem.

Jessé Souza, em seu livro *A elite do atraso*, do ano de 2019, que é uma crítica ao livro *Raízes do Brasil*, alerta sobre essa perspectiva idealizadora que a elite brasileira impõe tacitamente ao povo brasileiro. O vórtice da crítica à Buarque de Holanda está na naturalização da confiança e no entendimento raso sobre a cultura, ou seja, na superficialidade das interpretações referentes aos escritos, o que torna fácil a reprodução dos privilégios da elite. Ademais, Jessé Souza considera de suma importância a análise da escravidão e suas consequências duradouras, excludentes e perversas. Além disso, ressalta a percepção sobre a luta de classes que, por egoísmo, criou alianças e preconceitos intrinsecamente enraizados no padrão histórico-político do Brasil moderno. Nesse viés, o conflito entre as classes também é distorcido e tornado irreconhecível, sendo substituído por um falso conflito entre Estado corrupto e patrimonial e mercado virtuoso (SOUZA, 2019, p. 11).

Como dito anteriormente, o multiculturalismo está atrelado às relações de poder. “O poder é a questão central de toda sociedade [...]. É ele quem nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído” (SOUZA, 2019, p. 12). A par disso, Jessé Souza chama a atenção para a mudança do paradigma “racista” para o “culturalista”, ou seja, o racismo fenotípico presente até a década de 1920, baseado na cor da pele e nos traços fisionômicos que, após obras como as de Gilberto Freyre, passou a ser entendido como culturalismo, o qual vencia, falsamente, o paradigma racista. Desta forma, as heranças culturais passam a ser caracterizadoras da estrutura racista velada nas relações de poder na sociedade.

Nesse contexto, esse tal racismo implícito tornou-se um agravador do problema, uma vez que atua dentro das instituições organizacionais do Estado brasileiro. Precisamente, o aspecto principal de todo racismo está na separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda. Desse modo, a hierarquização de indivíduos, classes e gênero cumpre o papel de racismo fenotípico, uma vez que legitima a superioridade inata de uns e a suposta inferioridade inata de outros. Para mais, os preconceitos existentes passam a degenerar a cultura como um todo.

Mesmo que o Brasil possua uma das maiores diversidades étnicas, é visível a sobreposição cultural das classes mais ricas — e isso inclui a classe média — sobre as classes mais pobres. Nessa conjuntura, a hegemonia cultural passa a exercer uma coerção por intermédio das escolas e universidades, e pelos meios de divulgação, como jornais, televisão e cinema; uma crença coletiva do que é o padrão cultural brasileiro. Ademais, pelo poder de repetição e convencimento midiático, as pessoas passam a pensar o mundo de modo a manter os privilégios de uma oligarquia histórica.

Desse modo, Jessé Souza é assertivo na proposta de exaltar a necessidade de que a população brasileira seja mais crítica, uma vez que “sem a consciência crítica da ação dessas ideias sobre nosso comportamento, somos todos vítimas indefesas de uma concepção que nos domina sem que possamos sequer esboçar reação” (SOUZA, 2019, p. 22). Faz-se notória essa afirmação em um país no qual a desigualdade social impera tanto no âmbito político, quanto no contexto social, demarcando, assim, aquela categoria do multiculturalismo da diferença (etnocêntrico), proposto por Adam Kuper.

Contudo, é na desconstrução e homogeneização cultural que se conecta o problema principal. Stuart Hall, sociólogo britânico-jamaicano, no livro *A identidade cultural na pós-modernidade* alerta quanto a esse ponto. O autor discorre sobre o processo de perda de uma identidade fixa, a qual garante a coesão e a união entre os povos. Desse modo, esse processo produz o sujeito pós-moderno, ou melhor, “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 12-13). A flexibilização da identidade enfraquece a confiança até mesmo na ciência, o que ocorre, por exemplo, atualmente no Brasil, com as questões em torno de tratamentos precoces contra o vírus Covid-19, juntamente com tantas outras ideias conspiratórias que têm adentrado o imaginário dos brasileiros.

Nessa conjuntura, como é de centralidade em qualquer estudo das ciências humanas e sociais a competência e o entendimento da realidade, o multiculturalismo torna-se de notória relevância para a precisão deste estudo. Desse modo, entender os problemas em torno da identidade é compreender a real situação em que se encontra a sociedade. Assim, Hall analisa essa ideia da perda das identidades culturais:

As identidades nacionais estão se desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”. As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades — híbridas — estão tomando seu lugar (HALL, 2006, p. 69).

O ponto a ser ressaltado é que esse “pós-moderno global” é o grande desagregador dos movimentos de mudança para a manutenção dos direitos. Todos os passos dados em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pouco se efetivou em países nos quais a desigualdade social ainda impera. Desse modo, o reforço da identidade e do reconhecimento das minorias culturais é de suma relevância para o exercício da liberdade e da incorporação e reconhecimento de cada cidadão brasileiro.

A identidade, nesse aspecto, está profundamente envolvida no processo de representação. Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. É, no curto e atropelado tempo no qual vivemos, que se imprimem os conceitos de pós-verdade, ou melhor, da constante mudança e confusão dos conceitos, dada pela ignorância e pela excessiva liberdade do local público de fala e das redes sociais.

3 Considerações finais

A partir do estudo realizado, é possível inferir que alguns problemas éticos presentes na complexa sociedade brasileira têm possivelmente parte de sua origem relacionada com a perda da consciência histórico-cultural provocada pelo processo de homogeneização. O não entender e o não se identificar dá margem para a ação coerciva da aculturação e, ademais, para a coisificação do homem. A exemplo disso, a sociedade brasileira por mais rica que seja é uma das que mais concentram as riquezas materiais, terras, capital, cultura.

Entretanto, é na tomada de consciência da própria identidade que o multiculturalismo se agarra para o combate a práticas ostensivas da aristocracia. A liberdade se encontra, nesse contexto, na reeducação cultural nas escolas, na aprovação de leis que assegurem o direito de expressão das culturas de “guetos”, das minorias e da livre exposição de ideias, desde que respeitem a ética e os Direitos Humanos.

O multiculturalismo abre horizontes inexplorados, combatendo a homogeneização cultural e considerando a construção ontológica do papel do ser humano. O Brasil, torna-se referência na atualidade no sentido de buscar entender a antropologia. Em 2022, completará 100 anos da incrível “Semana de Arte Moderna” que buscou remontar, justamente, a realidade do pluriculturalismo que há no Brasil e a grande capacidade plástica dos brasileiros em aceitar e adaptar as várias culturas do globo, constituindo-se um “celeiro” da arte mundial.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. Amsterdam: Querido, 1947.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **O espírito e a letra**. Estudos de crítica literária I, 1920-1947. Organização, introdução e notas Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 224-228.

DECLARACIÓN DE MÉXICO sobre las políticas culturales. *In*: **Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales**, 1982, México. Disponible en: https://culturalrights.net/descargas/drets_culturals400.pdf. Acceso en: 15 jun. 2021.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Cedido pelo Grupo Acrópolis. Publica-se segundo a edição soviética de 1952, de acordo com o texto da edição alemã de 1891. Traduzido do espanhol. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ENGELS, F. Letters on historical materialism. To Joseph Bloch [1890]. In: TUCKER, Robert C. (org.). **The Marx-Engels reader**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. P. 760-765. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ESCOSTEGUY, A. C. D. **Cartografias dos estudos culturais** – Uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Prison Notebooks** [1929-35]. New York: Columbia University Press, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEGEL, GWF. **The Philosophy of History** [1832-45], trad. J. Sibree. Buffalo, NY: Prometheus Books, 1991.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Schwarcz, 2019.

KUPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: Edusc, 2002.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Renato Zwick. Porto Alegre - RS: L&PM, 2020.

OKIN, S. M. O multiculturalismo é ruim para as mulheres? In: COHEN J.; HOWARD, M.; NUSSBAUM, M. C. (eds.). **O multiculturalismo é ruim para as mulheres?** Princeton: Princeton University Press, 1999.

PHILLIPS, A. **Multiculturalismo sem cultura**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

POZZOLINE, A. **Antonio Gramsci: an introduction to his thought**. London: Pluto Press, 1968.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, GMT Editores, 2019.

TURNER, Terence. Anthropology and multiculturalism: What is Anthropology that multiculturalists should be mindful of it? **Cultural Anthropology**, Arlington – VA, v. 8, n. 4, 1993.

TYLOR, E. B. **Primitive culture**: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art, and Custom. London: John Murray, 1871. v. 2.

VARGAS, Everton Vieira. **O legado do discurso**: brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.